

REPONDO A VERDADE:

Dirijo-me ao povo paraibano, destinatário maior do serviço público jurisdicional que presto, há 24 anos, e mais precisamente a nobre classe de advogados, pela qual tenho o mais profundo respeito e admiração, porquanto já integrei os quadros da ordem.

Dirijo-me a todos os homens e mulheres de bem e do bem, a todos profissionais do meu querido Estado da Paraíba, do padeiro as mais diversas classes de profissionais deste Estado, para repor a verdade sobre a nota de repúdio que a OAB-PB, através do seu Presidente, publicou contra a minha pessoa.

Paraibanos, na audiência pública, para audição da sociedade sobre a flexibilização do horário do expediente do Poder Judiciário Paraibano, realizada no dia 07 do mês em curso, não proferi qualquer palavra ofensiva ou de intolerância aos advogados ou qualquer categoria ali presente.

Optei por ouvir calado as palavras do atual presidente da seccional da ordem na Paraíba, quando na Tribuna afirmou que era contra o alinhamento do horário do expediente na Capital, com as demais comarcas do Estado da Paraíba, porque segundo ele, nenhum Juiz seria encontrado no Fórum, às 07:00 horas da manhã, como ocorria nos dias em que o expediente se realiza pela manhã (sexta feira), em descabida insinuação de que nós Juizes eramos preguiçosos.

Também em silêncio assisti o Presidente da Ordem, interferir no pronunciamento do Dr. João Ramalho, legítimo representante da categoria dos Servidores do Poder Judiciário, proferindo palavras irônicas e jocosas, o que levou a Presidente da mesa a interferir para assegurar a palavra do interlocutor.

Ouvi calado o pronunciamento dos representantes da Procuradoria do Estado e do Município, que ali estiveram, não como representantes da ordem ou mesmo dos advogados, quer particulares, quer de ofício, os quais em seus pronunciamentos, reiteraram e endossaram as palavras do Presidente da Ordem, e foram mais além, ao afirmarem que nós do Judiciário e ai me incluo, estávamos olhando para o problema com visão, “**miope**” e a descumprir decisão liminar do Ministro Luiz Fux, quando o foco do debate era alinhamento de horário e não redução do mesmo, como equivocadamente quiseram passar para a sociedade como sendo a nossa pretensão.

Me chegou ao conhecimento, das palavras do Presidente da Ordem, quando da minha ausência do recinto, que o mesmo voltou a usar a Tribuna para afirmar de forma jocosa, que não era “**Padeiro**” para ir ao Fórum as 07:00 horas da manhã, em uma lamentável demonstração de intolerância, discriminação a valorosa categoria dos padeiros brasileiros e desrespeitosa posição aos propósitos do evento, que era tão só de ouvir a sociedade por seus seguimentos sobre a plausibilidade da adequação do horário do expediente, matéria de interesse comum da nossa sociedade.

Povo Paraibano, em meu pronunciamento no púlpito, na condição de Presidente da Comissão de Sustentabilidade do Poder Judiciário do Estado da Paraíba, me limitei a mostrar a sociedade, que a adequação do horário tinha como objetivo atender as necessidades administrativas do Poder Judiciário e também da população frequentadora do Fórum Cível da Capital e ainda nos quesitos inerentes a qualidade de vida e segurança, dos Servidores, Juizes, Promotores, Advogados, Defensores Públicos e Jurisdicionados. Refutei ainda, o que dissera o Presidente da Ordem, e afirmei que não aceitava que se imputasse a nós Juizes a desídia de não comparecermos ao Fórum nos dias em que o expediente era pela manhã.

Quanto a postagem na minha página particular e privada do *facebook*, não há qualquer intenção ofensiva a quem quer que seja, muito menos a combativa categoria de advogado, tão somente

externei sentimento de indignação e retorsão imediata a injusta ofensa perpetrada pelos dois cidadãos que inadvertidamente, no púlpito, se aliaram as palavras inoportunas do Presidente da Ordem, e foram além acrescentando afirmativas despropositadas.

É a verdade que tenho obrigação de repor em respeito aos jurisdicionados paraibanos, de sorte que reafirmo a minha confiança e respeito aos Poderes Constituídos da República e do meu Estado, nas Instituições, e repito, mas precisamente a nobre classe dos advogados, porquanto são por disposição Constitucional indispensáveis a administração da Justiça.

Por fim direi que não me curvarei a qualquer tentativa de intimidação, parta de onde partir, seja lá qual for o grau ou escalão do órgão a que pertencer; mas ao revés continuarei firme na defesa intransigente dos magistrados e do Poder Judiciário, última trincheira de abrigo dos fracos e oprimidos, por ser ele o apanagio maior do Estado de Direito.

JOSIVALDO FELIX DE OLIVEIRA